

VADE 2023

MECUM

Juspodivm

compacto

5^a
edição

Revisão atualizada
e ampliada



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Equipe JusPodivm

Fechamento desta edição: 12.01.2023.

V123 Vade Mecum JusPodivm Compacto 2023. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: JusPodivm, 2023.

2.032 p.

ISBN: 978-85-442-4112-7.

Inclui índices.

1. Ordem dos Advogados do Brasil – Exames. 2. Direito. 3. Serviço Público – Concursos. I. Equipe Juspodivm. II. Título.

CDD 340.06081

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

ÍNDICE GERAL

(provisório)

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO (Normas Organizadas Cronologicamente)	12
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR <i>ON-LINE</i>	21
▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	26
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	28
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	101
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	119
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	152
▪ LINDB	
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI N. 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	181
▪ CÓDIGO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	186
CÓDIGO CIVIL – LEI N. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	192
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL	297
▪ CÓDIGO COMERCIAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO COMERCIAL	320
CÓDIGO COMERCIAL – LEI N. 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850	321
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO COMERCIAL	341
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	346
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	350
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	356
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	439
▪ CÓDIGO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	466
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	468
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984	470
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	477
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	486
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	524
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	540
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	542
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	547

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	605
▪ CÓDIGO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	626
CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	628
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	656
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	660
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	662
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	709
▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	714
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI N. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	716
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	737
▪ CÓDIGO ELEITORAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	742
CÓDIGO ELEITORAL – LEI N. 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	743
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	773
▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	776
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI N. 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	777
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	791
▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	796
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	797
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	837
▪ CÓDIGO FLORESTAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	844
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	845
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	860
▪ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	864
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	868
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI N. 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943	872
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	950
▪ ESTATUTOS	
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	960
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	990
ESTATUTO DO IDOSO – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	997
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	1005
ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	1011
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	1038
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013	1043
ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS – LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	1049
ESTATUTO DA METRÓPOLE – LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015	1051

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.....	1054
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016.....	1066
ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	1069
ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER – LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021.....	1085
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994.....	1087
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB.....	1097
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB.....	1114
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB.....	1121
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	1124
▪ SÚMULAS	
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – ENUNCIADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF – STJ – TST – TSE – STM).....	1830
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1853
SÚMULAS VINCULANTES.....	1853
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1856
SÚMULAS.....	1856
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1873
SÚMULAS.....	1873
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	1892
SÚMULAS.....	1892
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	1895
SÚMULAS.....	1895
▪ ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS	
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO/ÓRGÃO ESPECIAL.....	1917
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS – SDC.....	1918
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 TRANSITÓRIA DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	1919
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-1.....	1924
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 2 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-2.....	1940
▪ PRECEDENTES NORMATIVOS	
PRECEDENTES NORMATIVOS.....	1947

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Normas Organizadas Cronologicamente

▪ DECRETOS

DECRETO Nº 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933.....	1124
<i>Dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972.....	1165
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 2.626, DE 15 DE JUNHO DE 1998.....	1496
<i>Promulga o Protocolo de Medidas Cautelares, concluído em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994.</i>	
DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008.....	1595
<i>Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.</i>	
DECRETO Nº 6.489, DE 19 DE JUNHO DE 2008.....	1595
<i>Regulamenta a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, no ponto em que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.</i>	
DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010.....	1610
<i>Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.....	1628
<i>Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013.....	1658
<i>Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.</i>	
DECRETO Nº 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015.....	1677
<i>Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.771, DE 11 DE MAIO DE 2016.....	1699
<i>Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	1701
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.....	1703
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019.....	1747
<i>Regulamenta o disposto no art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>	
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	1750
<i>Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.</i>	

▪ DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2021.....	1818
<i>Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.</i>	

▪ DECRETOS-LEI

DECRETO-LEI Nº 2.627, DE 26 DE SETEMBRO DE 1940.....	1124
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.....	1126
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.....	1130
<i>Lei das Contravenções Penais</i>	

DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	1133
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969	1163
<i>Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.</i>	
■ LEIS ORDINÁRIAS	
LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949	1134
<i>Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.</i>	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	1135
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	1136
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951	1141
<i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	1141
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962	1143
<i>Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.</i>	
LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964	1143
<i>Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	1157
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968	1159
<i>Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968	1161
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970	1164
<i>Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973	1170
<i>Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974	1199
<i>Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974	1201
<i>Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974	1206
<i>Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974	1208
<i>Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.</i>	
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	1210
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976	1216
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977	1255
<i>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	1258
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1261
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	1266
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	1281
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985	1283
<i>Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	1287
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	1288
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	1289
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1291
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989	1293
<i>Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	1293
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	1294
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>	
LEI Nº 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990	1294
<i>Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990	1296
<i>Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	1305
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990	1307
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1308
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	1328
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	1330
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	1330
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	1347
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991	1368
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>	
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	1375
<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	1376
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências (Redação dada pela Lei 14.230/2021)</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	1383
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	1383
<i>Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1404
<i>Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994	1408
<i>Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.</i>	

LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995.....	1409
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.....	1409
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.....	1409
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.....	1418
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996.....	1424
<i>Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.....	1424
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	1439
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.....	1440
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.....	1444
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.....	1446
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.....	1446
<i>Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.....	1450
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.....	1450
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997.....	1472
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998.....	1473
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1474
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1481
<i>Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1481
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1483
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998.....	1492
<i>Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	1498
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.....	1503
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999.....	1505
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999.....	1508
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 04 DE SETEMBRO DE 2000.....	1521
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	

LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000	1521
<i>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.</i>	
LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000	1521
<i>Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1522
<i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1524
<i>Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	1528
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001	1530
<i>Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002	1531
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003	1532
<i>Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1533
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	1538
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	1567
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBS, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1573
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	1575
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	1580
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1590
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1591
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1593
<i>Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.</i>	
LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1594
<i>Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.</i>	
LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008	1594
<i>Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008	1596
<i>Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008.....	1597
<i>Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</i>	
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.....	1598
<i>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008	1600
<i>Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.009, DE 29 DE JULHO DE 2009.....	1600
<i>Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009	1601
<i>Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1601
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.....	1604
<i>Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.....	1604
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	1605
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010.....	1607
<i>Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.291, DE 20 DE JULHO DE 2010.....	1611
<i>Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.</i>	
LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010	1611
<i>Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</i>	
LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011	1612
<i>Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1614
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011	1623
<i>Dispõe sobre o aviso-prévio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1623
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	1629
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.....	1641
<i>Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	1646
<i>Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012	1653
<i>Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012	1654
<i>Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Dec.-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	1656
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012	1657
<i>Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	1659
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	1660
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	1663
<i>Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	1665
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.853, DE 14 DE AGOSTO DE 2013	1669
<i>Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014.....	1670
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	1673
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015	1674
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	1686
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015	1690
<i>Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.</i>	

LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015 <i>Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).</i>	1691
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 <i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	1692
LEI Nº 13.189, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015 <i>Institui o Programa Seguro-Emprego – PSE.</i>	1693
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 <i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	1697
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016 <i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	1698
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 <i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	1700
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016 <i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 5 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	1702
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 <i>Institui a Lei de Migração.</i>	1713
LEI Nº 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017 <i>Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.</i>	1722
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017 <i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	1722
LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 <i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>	1725
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 <i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	1737
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 <i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	1756
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 <i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	1758
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020 <i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	1761
LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 <i>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</i>	1762
LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020 <i>Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nºs 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.</i>	1767
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 <i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	1770

LEI Nº 14.215, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021	1806
<i>Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.216, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021	1807
<i>Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias.</i>	
LEI Nº 14.217, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021	1808
<i>Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.</i>	
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021	1810
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</i>	

■ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	1509
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	1526
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	1658
<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015	1682
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	1689
<i>Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nºs 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	1695
<i>Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021	1803
<i>Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021	1811
<i>Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.</i>	

■ INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016	1695
<i>Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 21 DE JUNHO DE 2018	1736
<i>Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.</i>	

■ MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001	1530
<i>Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.</i>	

■ RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CNJ Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013	1659
<i>Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.</i>	

■ PROVIMENTO

PROVIMENTO CNJ Nº 37, DE 7 DE JULHO DE 2014	1673
<i>Dispõe sobre o registro de união estável, no Livro "E", por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR ON-LINE

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.

(Vigência: 1º de janeiro de 2015)

LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências".

DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 1.608, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

DECRETO-LEI Nº 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

DECRETOS

DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992

Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação

DECRETO Nº 6.523, DE 31 DE JULHO DE 2008

Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal (Redação dada pelo Decreto 10.273/2020).

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do Brasil assinaraturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.

DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017

Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Ementa com redação dada pelo Decreto nº 9.723/2019)

DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Cotas para pessoas com deficiência.

DECRETO Nº 9.586, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.

DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

LEIS

LEI Nº 8.866, DE 11 DE ABRIL DE 1994

Dispõe sobre o depositário infiel de valor pertencente à Fazenda Pública e dá outras providências.

LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.

LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003

Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

LEI Nº 12.790, DE 14 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.

LEI Nº 12.874, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para possibilitar às autoridades consulares brasileiras celebrarem a separação e o divórcio consensuais de brasileiros no exterior.

LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

LEI Nº 13.363, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular

LEI Nº 13.446, DE 25 DE MAIO DE 2017

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

ESTATUTO**ESTATUTO DOS REFUGIADOS – LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997**

Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO CNMP Nº 23, DE 17 DE SETEMBRO DE 2007**

Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/9193, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.

RESOLUÇÃO CNMP Nº 36, DE 6 DE ABRIL DE 2009

Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

RESOLUÇÃO Nº 459, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios pelos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania – CEIUSCOMs e pelas demais unidades de conciliação, em procedimentos pré-processuais, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 354, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências.

PROVIMENTOS**PROVIMENTO CFOAB Nº 164, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

Cria o Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada e dá outras providências.

PROVIMENTO CFOAB Nº 166, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a advocacia pro bona.

PROVIMENTO CFOAB 169, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as relações societárias entre sócios patrimoniais e de serviços, e o advogado associado previsto no art. 39 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

PROVIMENTO CFOAB Nº 170, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre as sociedades unipessoais de advocacia.

PROVIMENTO CFOAB Nº 175, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a digitalização e guarda de autos de processos administrativos, disciplinares, de inscrição de advogados, estagiários e consultores em direito estrangeiro e de registro de atos de sociedades de advogados. (Redação dada pelo Provimento CFOAB 203/2021)

INSTRUÇÕES NORMATIVAS TST

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 38, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos à SôDI-1 repetitivos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.

SÚMULAS

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

FONAJE - FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS - STJ

SÚMULAS DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (EXTINTO)